

## ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS SOBRE "PRESTAÇÃO DE CONTAS" REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE MAIO DE DOIS MIL E QUATRO

Aos dias vinte e sete de maio de dois mil e quatro realizou-se a audiência supracitada presidida pela Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro. Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Boa noite a todos aqui presentes. Nós estamos representando a Comissão de Finanças Públicas da Câmara Municipal de Ouro Preto, convidando o Sr. João Bosco Pinto para a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Ouro Preto referente ao primeiro quadrimestre de dois mil e quatro: janeiro, fevereiro, março e abril. Eu gostaria de colocar a todos os presentes, que aqui estão: o Vereador Áriosvaldo Figueiredo Santos Filho, o Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu, o Secretário de Saúde - o Dr. Paulo, o Secretário de Meio Ambiente e Turismo - o Dr. Guilherme, o jornalista Heraldo, a Dona Efigênia, Cersinha, um companheiro nosso aqui, Geraldo Mendes que é presidente da associação e demais presidentes da Cooperativa dos Funcionários de São Bartolomeu e do sindicato, assim como os outros que estão aqui presentes conosco. Gostaríamos de limitar o horário: uma hora e meia. Acho que é o suficiente para que possamos prestar, Sr. João, a prestação de contas deste quadrimestre. Gostaria de saber se todos os presentes estão de acordo. Dr. Áriosvaldo, o senhor concorda? Gostaria também de que não saíssemos da pauta do que foi estipulado aqui para esta audiência. Fariam as perguntas dentro do que foi estipulado referente ao primeiro quadrimestre de dois mil e quatro. Com a palavra o Secretário da Fazenda, Senhor João Bosco Pinto, começando a audiência." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Boa noite a senhora presidente da Comissão de Finanças, aos vereadores Áriosvaldo e Kuruzu, aos colegas secretários Dr. Paulo( Secretário de Saúde) e Dr. Guilherme(Secretário de Agropecuária) aos senhores e senhoras presentes. Estamos aqui novamente para uma mais uma prestação de contas, agora referente ao primeiro quadrimestre de 2004 (dois mil e quatro). Para iniciar, eu trouxe alguns relatórios que já estão aqui para a apreciação dos senhores e, se a presidente entender conveniente, eu lhe passarei para que os senhores tenham conhecimento, pois esses mostram as receitas que foram arrecadadas, as despesas que foram realizadas no período, sabem como é que é? Para iniciarmos um processo de análise e das dúvidas dos senhores. Agora, eu só tenho quatro cópias de cada um. Se for necessário, pedir para reproduzir." Vereador Áriosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Senhora presidente? Eu queria uma cópia. Poder-se-ia fazer agora no xerox. O senhor Miguel está lá embaixo. Pode? " Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "É uma de receita, uma de despesa e outra de prestação de contas. São três folhas separadas. Diferentes. Então, minha gente, é o seguinte para iniciar: no primeiro quadrimestre de dois mil e quatro, houve, o relatório vai lhes mostrar, uma arrecadação total da Prefeitura na importância de R\$26.584.310,88 ( vinte e seis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, trezentos e dez reais e oitenta e oito centavos). Nesse período foi deduzido dessa receita para formar o FUNDEF, R\$2.409.003,04(dois milhões, quatrocentos e nove mil e três reais e quatro centavos). Então a receita líquida da Prefeitura no período foi de R\$24.175.307,84 (vinte e quatro milhões,cento e setenta e cinco mil, trezentos e sete reais e oitenta e quatro centavos). As despesas realizadas no primeiro quadrimestre foram: despesas empenhadas no período: R\$26.245.834,28 (vinte e seis milhões,duzentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos); as despesas liquidadas: R\$20.255.003,18 (vinte milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, três reais e dezoito centavos); as despesas pagas: R\$19.409.133,30(dezenove milhões, quatrocentos e nove mil, cento e trinta e três reais e trinta centavos). Dessas despesas que foram pagas no quadrimestre, o Município gastou com pessoal e previdência social R\$ 8.479.959,08 (oito milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oito centavos). Gastou-se com a educação R\$4.555.588,23 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos). Gastou-se com a saúde R\$ 3.005.198,85 (três milhões, cinco mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos). Logo abaixo, mostram-se aí quais foram os percentuais que foram aplicados no período. Foram aplicados com gasto de pessoal trinta e cinco vírgula zero oito por cento da receita corrente arrecada no período. Agora, esta prestação de contas, só para clarear, o gasto de pessoal de todo o Município, do Poder Legislativo e do Poder Executivo. Os gastos com a educação no período foram de vinte e quatro vírgula

sessenta e três por cento das receitas de impostos e das transferências do estado da União. Das receitas com a saúde foram doze vírgula oitenta e seis por cento das receitas de impostos e das transferências do estado e da União. Logo embaixo aí, para se ter uma idéia, com relação aos gastos de pessoal da Educação e da Saúde. O pessoal da Educação do total que foi R\$4.555.000,00(quatro milhões e quinhentos e cinqüenta e cinco mil reais) só pagamento de pessoal e previdência social foram R\$3.361.453,98 (três milhões, trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinqüenta e três reais e noventa e oito centavos). E a previdência social da Secretaria de Saúde R\$2.186.726,84( dois milhões, cento e oitenta e seis mil e setecentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos)." Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Se algum vereador quiser fazer alguma pergunta ou alguém da platéia, nós podemos autorizar as perguntas agora para passarmos para a segunda folha." Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Senhora Presidente, eu gostaria de fazer uma colocação. Posso falar? Senhor João, é um prazer vê-lo, quadrimestralmente, e os demais secretários: o Dr. Paulo e o Dr. Guilherme, o público presente. Queria ver com o senhor o seguinte: nós fizemos um requerimento à Prefeitura pedindo o perfil da dívida ativa. O senhor deve ter recebido. Foi dirigido à Prefeita. Ela não lhe despachou? " Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Eu não recebi, mas tenho aqui, se você quiser. O valor da dívida ativa. Eu posso lhe passar." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Eu gostaria, se possível. Eu queria o montante e o perfil. Segundo informações, não confirmadas, o grosso é dívida de IPTU. Não é? Então, queríamos esse perfil também não só o montante, mas este já seria muito útil, se o senhor tiver, mas também o perfil. O senhor teria aí o perfil?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Não. Tenho só o valor." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Só o valor. Não é?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "A dívida ativa inscrita em dezembro, em dois mil e três, está em R\$4.505.399,67(quatro milhões, quinhentos e cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos). Foram arrecadados no período de março a abril R\$185.427,54 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinqüenta e quatro centavos)." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Eu estou fazendo essa colocação, porque chegou a essa Câmara um projeto de lei do Executivo, que foi inclusive elaborado pelo Vereador Gleiser Boroni, a partir de lei existente em Mariana. Ele pediu à Prefeita que enviasse à Câmara, que objetiva instituir um programa de recuperação de receitas, baseado na dívida ativa. Eu inclusive hoje na comissão, como presidente, pedi uma diligência. Então, estamos lhe solicitando. O senhor vai receber um ofício nosso pedindo para receber a Comissão de Serviço Público para debatermos com o senhor o perfil da dívida. O senhor nos disse o montante: R\$4.500.000,00(quatro milhões e quinhentos mil reais). Então, se isso for integralmente recuperado, serão mais R\$4.500.000,00(quatro milhões e quinhentos mil reais) de recuperação de receitas. Queríamos entender exatamente assim: quanto de IPTU, quanto de ISS. Porque é de toda a dívida. Não é só de tributos." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Não. Tem toda a dívida aí." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "O programa de recuperação envolve taxas." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "São impostos e as taxas." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Exatamente. Envolve tudo. Todos os tributos. Então precisaríamos de entender direitinho esse perfil para fazermos uma coisa justa. Não é? Tentar aprovar a Lei de uma forma correta. O senhor vai receber o nosso ofício. Já pedimos antecipadamente para o senhor marcar um dia em que o senhor puder nos receber. Se pudesse ser amanhã melhor para conversarmos com o senhor sobre isso. Eu queria lhe fazer uma outra pergunta. Não sei se o senhor tem. Temos feito esse pedido aqui na Câmara, mas os colegas não têm concordado conosco. Quanto é que a JALK recebe por mês da Prefeitura? Quanto é pago a essa empresa? " Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Pago? Bom, a empresa JALK recebeu, eu não tenho mês não, de janeiro a abril R\$2.814.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) da Prefeitura. " Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "De janeiro a..." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "De janeiro a abril, os quatro meses do ano." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "R\$2.014.000,00(dois milhões e quatorze mil reais)." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "R\$2.814.000,00(dois milhões e oitocentos e quatorze mil reais). Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "R\$2.814.000,00(dois milhões e oitocentos e quatorze mil reais). Eu gostaria de fazer uma outra pergunta ao senhor. Eu estive olhando o orçamento de dois mil e quatro novamente. A despesa prevista com pessoal está trinta e seis por cento maior em dois mil e quatro do que em dois mil e três. Então essa despesa pode ser executada contratando mais servidores, recompondo os salários já existentes ou fazendo as duas coisas de forma equilibrada. Contratando e recompondo, contratando e recompondo. Tem alguma previsão de recomposição salarial para o funcionalismo neste ano? A

Secretaria da Fazenda tem essa previsão? Já fez estudos?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "A questão de reajuste de salário na Prefeitura está entregue ao Secretário de Administração, o Nelson. É ele que vem conversando, vem negociando isso. Inclusive qualquer solução, qualquer decisão vai ser com ele. Então, eu não tenho como lhe dar essa resposta." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "E a Secretaria da Fazenda já está estudando o orçamento com esse objetivo? Já têm estudos?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Olha, a Secretaria da Fazenda todos os meses passa ao Secretário da Administração um relatório mostrando a receita arrecadada e os gastos realizados com pessoal. Então ele tem essa informação todos os meses na Secretaria da Fazenda." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "E ele pediu estudos? Porque para se dar ou fazer recomposição tem que estudar se cabe no orçamento, qual o impacto. O senhor já está estudando isso?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Ele fez através de uma consultora, Dra Rita. Ele se reuniu com ela. Parece que ela fez esse trabalho junto com ele. Fez esse levantamento, essa apuração dos dados para se verificar essa situação." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Verificar a possibilidade?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Verificar a possibilidade de reajuste." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "De recompor salarialmente." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Isso foi reunido. Foi feito." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Querida ver com o senhor outra coisa aqui. Pelo que entendemos, desse pequeno relatório, a arrecadação mensal da Prefeitura, líquida, descontado o FUNDEF, está em seis milhões e alguma coisa. Confere esse raciocínio? R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais ) em quatro meses:" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: " Exato. Confere." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Seis milhões e alguma coisa. Não é? Então está ótimo. Muito obrigado, por enquanto eu fico dessa forma." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Só para esclarecer porque aí nessa coluna de receitas arrecadas a Prefeitura tem um recurso que não foi colocado: recurso de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de dois mil e três- R\$ 2.673.221,10 (dois milhões, seiscentos e setenta e três mil, duzentos e vinte e um reais e dez centavos). Esse valor, como se está dizendo aí, é apurado quando do fechamento do balanço do exercício. Isso é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Então o que a Prefeitura tinha disponível em banco, no mês de dezembro e tinha dívidas a pagar, então essa importância não tinha comprometimento desse valor. Então esse valor, conforme a Lei quatro mil, trezentos e vinte e três, lá em seu artigo quarenta e três, isso é recurso para a suplementação. Então a Prefeitura utilizou esse recurso para a suplementação agora neste primeiro quadrimestre também. Além da receita arrecadada." Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Eu quero registrar aqui a presença da relatora, Vereadora Maria Regina Braga, porque no começo eu não havia dito o nome dela." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Senhor João, nós podemos concluir então que além dos R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) há mais R\$2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) que foram transferidos de um ano para outro." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Exato. Esses R\$2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), como eu disse, foi um superávit financeiro de dois mil e três que foi utilizado para realização de despesas neste ano. Você pode verificar que a Prefeitura no período da soma total da receita no superávit são R\$26.848.000,00( vinte e seis milhões e oitocentos e quarenta e oito mil). Enquanto a despesa empenhada foi de R\$26.245.000,00(vinte e seis milhões e duzentos e quarenta e cinco mil reais). " Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Boa noite a todos! Gostaria de registrar aqui a presença do nosso vice-prefeito, João Bosco Perdigão. Secretário, nós vamos cobrar mais uma vez do senhor, aquele tipo de prestação de contas que o senhor prometeu a primeira vez que veio aqui. Que fosse uma coisa feita com tecnologia disponível que temos: data-show, transparência, se possível que fosse uma coisa na linguagem do povo, que esse entendesse. O senhor nos prometeu. Todas as vezes em que o senhor veio, nós cobramos. O senhor prometeu que a próxima seria diferente. Vamos continuar aguardando. Secretário, quando o senhor falou da despesa com a JALK, o Vereador Ariosvaldo lembrou bem aqui. Nós fizemos quatro ou cinco requerimentos aqui na Câmara. Apresentamos aqui e todos eles a base da Prefeitura derrubou. O requerimento tinha um pedido de informação além desse. A INELTO recebeu da Prefeitura? Porque perguntávamos ou consórcio JALK ou INELTO; ou a JALK e INELTO separado. A INELTO recebeu neste período?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Também. Neste período a INELTO recebeu da Prefeitura R\$ 730.812,00(setecentos e trinta mil e oitocentos e doze reais)." Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu: "Setecentos e..." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "R\$ 730.812,00 (setecentos e trinta mil e oitocentos e doze reais)." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Esse é INELTO mais os dois oitocentos e quatorze. Não é? " Secretário

da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "R\$2.814.000,00(dois milhões, oitocentos e quatorze mil reais) da JALK." Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu: "Secretário, quanto é que a Prefeitura tem hoje? Eu sempre faço essa pergunta. Não sei fazê-la numa linguagem técnica, correta. Quanto a Prefeitura teria hoje nas contas dela? o senhor sabe explicar, já que está acostumado a saber o que eu quero entender. Tem o que está empenhado? Como o senhor pode explicar?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "O Município, a Prefeitura, os fundos municipais e a Câmara, o balanço patrimonial, fechado agora no mês de abril, tinha um disponível, que é um dinheiro em banco- o total, de R\$ 10.228.179,29 (dez milhões, duzentos e vinte e oito mil , cento e setenta e nove reais e vinte e nove centavos)." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Isso quando, senhor secretário?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Dez milhões.." Vereador Wanderley Rossi Júnior-kuruzu: " Quando?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Em abril. Esse é o resultado até o mês... Os quatro meses. R\$10.228.179,29 (dez milhões, duzentos e vinte e oito mil, cento e setenta e nove reais e vinte e nove centavos). Neste período tem um passivo financeiro, são as dívidas, na base de R\$9.529.434,34(nove milhões,quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos). Isso é a soma dos empenhos emitidos no ano mais aquelas despesas de restos a pagar, despesas que vieram do exercício de dois mil e três mais as consignações. Consignações são aqueles valores retidos pelo Município. Quando, por exemplo, paga ao funcionário, retém dele, por exemplo, recursos de UNIMED. Repassa depois à UNIMED. Por exemplo, recursos para o sindicato, para seguros de acidentes de trabalho, essas coisas. Então, se é a soma das consignações e dos empenhos emitidos no exercício, que ainda não foram pagos mais os restos a pagar de dois mil e três." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Qual é o valor mais aproximado? Se eu perguntar ao senhor assim. Quem não entende nada dessa linguagem mais técnica. Quanto a Prefeitura teria hoje se ela precisasse fazer uma despesa? Quanto ela tem em caixa? Fora aquilo que já é comprometido em fundos. Quanto ela tem em caixa hoje se o governo resolver fazer uma despesa? Se o governo acabasse amanhã e resolvesse zerar o caixa no final. Quanto ela teria hoje para gastar de hoje para amanhã?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "É a diferença entre os R\$10.228.000,00(dez milhões, duzentos e vinte e oito mil reais)..." Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu: "De quanto!" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "O disponível em R\$10.228.179,29 (dez milhões, duzentos e vinte e oito mil, cento e setenta e nove reais e vinte e nove centavos). Isso era o que tinha no dia trinta de abril em bancos. Tinha um passivo, no dia trinta de abril, de R\$9.529.434,34 (nove milhões, quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos)." Vereador Wanderley Rossi Júnior-kuruzu: "Essa diferença aí?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Essa diferença é o que eu mais ou menos o quê? R\$700.000,00(setecentos mil reais) mais ou menos isso é o que era disponível naquela data, trinta de abril. Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Só isso com essa arrecadação toda?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "É." Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu: "Então para onde está indo esse dinheiro da Prefeitura? O senhor uma vez já nos falou que teve uma época que tinha, por exemplo, não sei se foi setembro do ano passado. O senhor falou que tinha, não sei se foram dois milhões e pouco. Da última vez que o senhor veio prestar conta aqui, eu fiz uma pergunta, o senhor disse, não tenho certeza do número, dois milhões e pouco." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "É. O ano passado, conforme esse relatório que eu lhes passei, aí está mostrando que o superávit financeiro apurado no balancete do exercício anterior são aqueles valores que não tinham comprometimentos deles no ano passado. Então, a Prefeitura já gastou esse ano, de superávit, a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, já utilizou este ano com o dinheiro que veio do ano passado, foram R\$2.673.000,00(dois milhões, seiscentos e setenta e três mil reais). Então, ano passado tinha realmente..." Vereador Wanderley Rossi Júnior-kuruzu: "Então, em dezembro do ano passado tinha esses dois milhões. Essa pergunta que eu fiz ..." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Sem nenhum comprometimento em dinheiro." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "E agora tem..." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Agora são mais ou menos R\$700.000,00(setecentos mil reais)." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Entendi. Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Essa diferença de dez duzentos e vinte e oito para R\$9.529.000,00 (nove milhões, quinhentos e vinte e nove mil reais)." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Tudo bem. Tem mais alguma coisa sobre esse assunto para o senhor explicar?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Não." Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu: "A velha questão do FUMOP. Como é que está hoje? Aqueles três anos e meio que a Prefeitura ficou sem recolher, aproximadamente, dinheiro da previdência, que era municipal e agora voltou a ser estatutário, voltou a ser do INSS."

Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Previdência geral." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "O INSS já está cobrando?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Ainda não. O INSS, achamos que a fiscalização deve ir à Prefeitura, não se sabe quando. A partir dessa fiscalização que eles vão levantar esse débito. Aí a Prefeitura irá negociar com o INSS a forma de pagamento." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Nesses três anos não houve nenhuma fiscalização?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Não. Não houve nenhuma negociação. Não houve nenhuma fiscalização ainda." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "E a dívida lá? O senhor tem o valor dela atualizado?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Não. Não tenho." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Então, o INSS não fiscalizou nestes três anos? Ele não veio. Não fiscalizou." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Não." Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Eu gostaria de saber se alguém da platéia gostaria de fazer alguma pergunta sobre a prestação de contas de dois mil e quatro. Se alguém quiser se sentar nas cadeiras próximas ao microfone essas estão à disposição. Queria pedir ao vice-prefeito desculpas, porque eu não o vi entrar. Quero registrar a presença do mesmo. É um prazer tê-lo aqui conosco." Alguém da platéia: "Boa noite, secretário. Boa noite à presidente da comissão e demais presentes. Gostaria de pedir um esclarecimento de sua parte com relação ao gasto com pessoal. Se nesses trinta e cinco vírgula oito por cento, como o senhor já confirmou está incluindo também o pessoal do Legislativo. Não é? Além do Executivo." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Do pessoal do Legislativo e Previdência Social." Alguém da platéia: "Tá. E Previdência Social. Então aqui seria o gasto total da folha..." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "É o gasto total do Município." Alguém da platéia: "Do Município. Com todos os servidores?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Com todos os servidores." Alguém da platéia: "Qual o prestador de serviço que se situa dentro desse gasto com pessoal que não entraria aqui? Tipo contrato de trabalho. Tem algum tipo de contrato que não está inserido e que não faz parte desse gasto com pessoal?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Não. Isso aqui é somente funcionário. Funcionários efetivos e aqueles funcionários contratados por prazo determinado e mais os comissionados." Alguém da platéia: "Seriam aqueles da Frente de Trabalho, por exemplo." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Da Frente de Trabalho não." Alguém da platéia: "Não." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "O pessoal da Frente de Trabalho não está incluído." Alguém da platéia: "O pessoal da Frente de Trabalho tem recurso próprio." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Esses não estão incluídos no gasto de pessoal." Alguém da platéia: "Tudo bem. Um outro esclarecimento de que eu gostaria de saber é em relação ao FUMOP. O assunto foi levantado aqui pelo Vereador Kuruzu. Eu gostaria de saber se o senhor tem informação do montante do depósito que foi recolhido do fundo da previdência dos servidores. Tal fundo ainda existe?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Olha o FUMOP, vocês devem estar lembrados, que ele foi extinto, parece-me que no final do governo passado. Posteriormente, ficou um saldo financeiro. Posteriormente, a Câmara autorizou a Prefeitura a utilizar esse saldo financeiro para pagamento de contribuições previdenciárias ao INSS. Esse dinheiro que ficou nesta época foi todo utilizado com essa finalidade." Alguém da platéia: "Então quer dizer que esse dinheiro foi pago." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "O saldo do FUMOP que ficou no..." Alguém da platéia: "Foi repassado ao INSS." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "A Prefeitura pagou contribuições previdenciárias ao INSS, conforme autorização do Legislativo." Alguém da platéia: "Tudo bem. Por enquanto é só isso. Muito obrigado." Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Mais alguém gostaria de fazer mais alguma pergunta?" Jessé: "A minha pergunta é a seguinte: o FUMOP foi repassado o dinheiro à previdência. Quem se aposentou, que se aposenta hoje, seja do Legislativo ou do Executivo, quem banca a aposentadoria? É o INSS?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Com relação a essa aposentadoria do pessoal do Legislativo, não posso responder, pois eu não sei. Os funcionários da Prefeitura que estão se aposentando, a informação que tenho do Departamento Pessoal, é que eles estão se aposentando recebendo do INSS." Jessé: "A outra pergunta é se está havendo queda, em dois mil e quatro em relação a dois mil e três, na arrecadação municipal." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Não. A receita esse ano, conforme pode ser vista aqui, está na média de R\$6.000.000,00(seis milhões de reais) mês neste primeiro quadrimestre, então." Jessé: "O senhor desculpe a minha ignorância, mas esses seis milhões e meio é aumento, queda ou mantém?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Está mantendo. Não é?" Jessé: "Está mantendo. (virou-se a fita) Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "...São três folhas. Uma segunda folha ainda das despesas que foram realizadas. Aí está demonstrando por secretária o valor que foi empenhado no período, o percentual gasto. Tem também um outro relatório das receitas que foram

arrecadadas por título. " Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu: "Presidente, a outra pergunta que eu sempre tenho feito: o escritório de advogados de Brasília continua recebendo?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Continua recebendo. Porque o contrato dele parece que vai até dezembro de dois mil e quatro." Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu: "Quanto em média por mês? Ou tem um valor fixo?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "O valor, conforme está lá no contrato, é cinco por cento das diferenças apuradas. Nesse primeiro quadrimestre foi pago ao..." Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Eu gostaria de pedir ao público que ficasse calado." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "...ao escritório de advocacia R\$186.537,00(cento e oitenta e seis mil e quinhentos e trinta e sete reais)." Vereador Wanderley Rossi Júnior-kuruzu: "De janeiro a... Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "De janeiro a abril." Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Mais alguma coisa, vereador?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Então tem uma segunda folha. Esta demonstra as despesas que foram realizadas no mês de abril. Essa folha nós a utilizamos para o nosso controle interno, mas eu resolvi trazê-la. O que foi empenhado até o mês por secretaria e o percentual com base no total gasto, inclusive as despesas empenhadas também da Câmara. Tem uma folha seguinte que também é a receita, por título de a receita que foi arrecadado até o mês de abril e o percentual da receita com base no total arrecadado até o período. " Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Eu gostaria, vereadores, de que o público presente prestasse a atenção, que a primeira folha de despesa de prestação de contas está resumida na folha de despesas realizadas em abril de dois mil e quatro e a receita total em abril de dois mil e quatro. Queria que vocês dessem uma analisada para fazerem as perguntas que já estão resumidas na primeira. " Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Secretário João, sobre a questão da Saúde, a emenda constitucional vinte e nove fala em quinze por cento da receita de alguns tributos." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "É a receita de impostos." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "É. E não todos. Alguns deles." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "São os impostos arrecadados pelo Município mais aqueles transferidos pelo estado e pela União. " Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Exatamente. Aí dariam quinze por cento." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "O mínimo de quinze por cento desses impostos. " Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Vinte e cinco por cento para a educação e quinze para a saúde. Por que que neste primeiro quadrimestre esse nível se manteve abaixo do exigido constitucionalmente? O senhor detectou alguma questão? Foram gastos apenas doze por cento. Não é?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "É. Isso foi verificado, inclusive comentado com o secretário. Agora eles vão dar uma agilizada e recuperar nos próximos meses. Porque, na verdade, o gasto, o mínimo de quinze por cento é dentro do exercício. Então o secretário já está recomendado com relação a essa situação." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Tem mais oito meses para equilibrar isso. Não é? Porque gastou-se um pouco mais de doze por cento. Gastou-se quinze por cento. Por que teria isso acontecido? O senhor tem idéia?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Eu não posso lhe informar não, porque as despesas... A Secretaria Municipal de Saúde tem lá o Fundo Municipal de Saúde que é que faz o processo contábil, financeiro e orçamentário das despesas da saúde. Nós só temos os dados coletados. A consolidação dos dados. Então, não acompanhamos muito de perto essa questão da realização das despesas da Secretária de Saúde." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Dr. Paulo, o senhor tem alguma idéia sobre o que aconteceu? Porque é importante fazermos até o comentário, pois a saúde é o ponto pior avaliado no Município. Eu tive a oportunidade de acessar uma pesquisa da universidade há algumas semanas atrás. Há alguns setores que são bem avaliados: a educação e o turismo. A saúde é o que é pior avaliado. Então, há dinheiro disponível para avaliar essa avaliação da saúde. Não é? Pelo menos três por cento a mais. Poderia ser feito, não é? " Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "É. Na verdade é o seguinte: os recursos mínimos, que têm que ser aplicados pela saúde, a Secretaria da Fazenda repassa ao Fundo Municipal." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Não está sendo executada. Não é?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "É. O Fundo Municipal parece que, no mês de abril, saldos financeiros Só que não gastou até esse período. " Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Queria fazer uma outra pergunta ao senhor: a Prefeitura de Ouro Preto, ao contrário da União e do estado de Minas Gerais, é muito saudável do ponto de vista dos encargos financeiros. A União está comprometendo aí quase cinquenta por cento da receita dela com encargos financeiros. O estado de Minas Gerais, treze por cento. O Município de Ouro Preto hum por cento. Quer dizer que é um Município que não é endividado. Esse perfil continua no primeiro quadrimestre ou o Município se endividou nessas dívidas do BNDS, que a nós já até autorizamos aqui e da a Caixa Econômica Federal. Isso já aconteceu?" Secretário da

Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Ainda não. A dívida que o Município tem ainda, que está pagando, é uma dívida com o INSS. Um parcelamento antigo que vem provando mais o fundo de garantia. A outra dívida que tinha do Município são precatórios que foram negociados ainda já há algum tempo, mas foram todos pagos. Você sabe como é? Então, essa negociação que está havendo com o BNDS e outros órgãos aí, ainda não foi concretizado." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "O perfil de endividamento se mantém? " Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Ele se mantém." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos filho: "Queriamos fazer uma outra pergunta: no ano dois mil e três a Câmara conseguiu gastar menos do que recebeu da Prefeitura. Nós devolvemos para a Prefeitura R\$46.000,00(quarenta e seis mil reais). Esse dinheiro chegou lá na Secretaria da Fazenda? O senhor recebeu esse montante lá?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Eu teria que confirmar porque isso é um controle contábil. Eu teria que olhar e confirmar se a Câmara, funcionários da Câmara ou o Presidente da Câmara deu essa informação, eu acredito que seja realidade." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Eu até gostaria, talvez neste encontro que vamos ter, nesta diligência, o senhor já puder ter essa informação, localizar esse montante, porque nós recebemos aqui na Câmara algumas demandas da população, por exemplo, questões relativas à Santa Casa, ao Projeto Sorria. Muitas vezes ficamos discutindo a questão orçamentária: se está ou não no orçamento. Esse montante é um montante extra orçamentário. Isso não estava previsto no orçamento de dois mil e quatro. Isso foi um "plus" que a Prefeitura recebeu. Queríamos saber o que foi feito ou o que se está planejando se fazer com esse recurso. Até para podermos, sem demagogia, cobrar determinadas coisas da Prefeitura sabendo que ela tem o recurso. Entendeu? Então o senhor poder tentar localizar isso para nós. Nós agradeceríamos." Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Eu gostaria de saber se tem alguém que gostaria de fazer alguma pergunta. Alguém da platéia gostaria?" Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Secretário, o senhor poderia nos explicar, rapidamente a respeito daquele tributo, que ia para royalties. Não é? Que ia para Santa Bárbara, Belo Vale e Congonhas. Se cada município desse está repassando para cá todo mês e quanto." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Os municípios devedores, até então, eram Belo Vale, Santa Bárbara e Congonhas. O repasse de Santa Bárbara está suspenso por decisão judicial. Os repasses dessa prefeitura já foram encerrados mês passado. Atualmente, somente através da prefeitura de Congonhas é que a Prefeitura..." Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu: "Belo Vale? " Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Belo Vale está suspenso por decisão judicial. A Prefeitura de Santa Bárbara, já terminou o débito Ouro Preto. Atualmente só tem da Prefeituras de Congonhas que está sendo descontado, todas as semanas, no valor do ICMS. A Secretaria do Estado da Fazenda desconta dez por cento do ICMS de Congonhas e repassa a Ouro Preto." Vereador Wanderley Rossi Júnior-kuruzu: "Dá quanto? " Secretário da fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Dá mais ou menos em torno de R\$120.000,00(cento e vinte mil reais) a R\$130.000,00(cento e trinta mil reais) por mês." Vereador Wanderley Rossi Júnior-kuruzu: "Por mês?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "E. Por mês. Isso referente àqueles valores que foram recebidos pelos municípios naquela época e que deveriam ter vindo para Ouro Preto. Então, eu até tenho o valor da dívida de cada município aqui, porque é referente à dívida de cada um deles. Tenho um último relatório que me foi passado pela Secretaria do Estado da Fazenda..." Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu: "A dívida original lá no início. De quanto é cada uma que tinha que ter sido repassado para cá? " Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Quanto estão devendo hoje." Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu: "Hoje? Santa Bárbara não deve. Não é? O senhor falou. " Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Santa Bárbara está bom. Mas como nós estamos falando até o mês de agosto, tem o relatório último de abril. Então, no final de abril, a dívida de Belo Vale com Ouro Preto é de R\$2.479.331,00(dois milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e trezentos e trinta e um reais). A dívida de Congonhas é de R\$4.584.932,00( quatro milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e novecentos e trinta e dois reais)." Vereador Wanderley Rossi Júnior-kuruzu: "Essa dívida Santa Bárbara já pagou." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Santa Bárbara já terminou. Então, Congonhas está descontando em torno de R\$120.000,00(cento e vinte mil reais), R\$130.000,00(cento e trinta mil reais) mês desta dívida. Belo Vale está paralisada." Vereador Wanderley Rossi Júnior-kuruzu: "Belo Vale tem que pagar quatrocentos mil e pouco... Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "...R\$2.469.000,00( dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil reais). E Congonhas R\$4.584.000,00(quatro milhões e quinhentos e oitenta e quatro mil reais)." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Secretário, nós temos recebido aqui na Câmara, parece-me que dois Projetos de Lei, em que a Prefeitura abre crédito especial anulando reserva de contingência. Reserva de contingência é uma coisa que deve ser

reservada porque pode ter alguma contingência. Pode ter alguma calamidade, ou enchente, ou desabamento, alguma coisa assim. Isso é um pouco arriscado. Não é? Ficar ..." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "A reserva de contingência é mais para situações... Inclusive riscos fiscais. Citei, por exemplo, dois casos que foram citados, que eles me pediram para abertura de crédito, parece-me que era para a desapropriação de dois imóveis, se não me engano. Fora citado o uso da reserva de contingência. É um risco fiscal." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Essa desapropriação era um risco fiscal que não me lembro de estar previsto na Lei Orçamentária de dois mil e três. Estavam previstos alguns riscos fiscais, mas eu não me lembro desse." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Pois é por isso que se está pedindo crédito especial." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Mas da reserva de..." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Eu acredito que os Projetos de Lei são feitos pelo Departamento Jurídico. Então eles devem estar pedindo uma abertura de um crédito especial porque não está previsto no orçamento." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "O risco fiscal é um risco. Não é? Acho que aí teria sido mais um evento fiscal porque a Prefeitura não tinha previsto esse risco e ela está anulando reserva de contingência." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Os riscos não são previstos." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "A Lei de Responsabilidade Fiscal fala que você tem que ter um quadrinho lá com os riscos fiscais. Não é isso? Você elabora a Lei Orçamentária e tem uma página lá assim: riscos fiscais. Então, por exemplo, aqui em Ouro Preto está previsto risco fiscal no negócio de previdência dos servidores. Porque de repente pode acontecer alguma coisa." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Parece-me que a reserva de contingência é dois por cento da previsão. Um por cento seria por parte de risco fiscal e um por cento para suplementações. Abertura de créditos adicionais." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Então eu falei: puxa se a Prefeitura começar a anular reserva de contingência, na hora em que acontecer uma contingência não vai ter reserva. Não é? Eu queria fazer uma pergunta, que é até uma curiosidade. Ano passado, eu não me lembro de ter recebido, aqui na Câmara, nenhum Projeto de Lei anulando reserva de contingência. Não me lembro. Não sei se a Vereadora Maria Regina Braga se lembra. Ela é da Comissão de Finanças. Então, o que foi feito com aquele dinheiro já que aquela despesa não se realizou?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "A reserva de contingência, conforme a própria Lei diz, é utilizada para a abertura de créditos adicionais. Estes se dividem em especiais e suplementares. Então aquela situação de abertura de crédito suplementar, por exemplo, quando necessário, pode ser utilizado o recurso de reserva de contingência." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Pois é. Mas ano passado, tinha uma reserva de contingência de R\$1.000.000,00(um milhão de reais) me parece. Se não me engano de R\$1.000.000,00(um milhão de reais). Não houve contingência. Para onde foi esse dinheiro?" Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "A reserva de contingência, como eu estava te falando, pode ser utilizada para a abertura de créditos adicionais, que são créditos especiais, como é o caso aqui na Câmara estamos discutindo, e também créditos suplementares. Aqueles em que o orçamento, a previsão orçamentária, só que os valores das dotações se tornaram insuficientes. Então, pode-se usar a reserva de contingência porque quando a Câmara aprova o orçamento, ela autoriza ao Município a utilizar para fazer suplementações, sabe como é que é? Suplementações orçamentárias. As suplementações podem ser por anulação ou por reserva de contingência." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Entendo. Isso deve ter ficado dentro da Prefeitura. Não veio para a Câmara. Não é? Deve ter sido por Decreto, Portaria." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "É por Decreto." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Não vieram Projetos de Lei para a Câmara. Aconteceu. A reserva de contingência foi utilizada, mas nós não ficamos sabendo." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Exato. Porque no caso, essa suplementação já foi autorizada lá na Lei que aprovou o orçamento para o exercício." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Exatamente. Eu até tenho conversado isso com os colegas aqui. Exatamente isso. Anualmente, a Prefeitura pede à Câmara que autorize movimentar cem por cento." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Não. É quarenta por cento." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Ela pede quarenta por cento. Mas como sessenta por cento é despesa de pessoal e de Câmara, na prática, ela está pedindo para aumentar cem por cento. É quarenta que na prática é cem por cento porque ela não pode movimentar despesa de pessoal. Então, se ela pede para aumentar quarenta por cento da receita, ela está pedindo para movimentar cem por cento da receita. Eu falo isso com os colegas: oh! Gente, vamos deixar isso nos dez por cento para ficarmos sabendo o que a Prefeitura está movimentando. Mas o pessoal fala: a Prefeita que tem que ser assim e tal. Vamos aprovar. Aí aprova. Não é? Aí acontece isso. Ano passado, a Prefeitura usou R\$1.000.000,00(hum milhão de reais) de reserva

de contingência e nós não ficamos sabendo. Foi para onde? Aí tem uma calamidade pública aqui, ah, não usou a reserva de contingência. Mas como? Uai a Câmara autorizou. Entendeu? Então, eu gostaria queria levantar essa questão. Inclusive, esse número de dez por cento é habitualmente requerido pelas prefeituras e pelo governo federal. Então eu não tirei da minha cabeça. Inclusive o próprio governador Aécio Neves pediu esse ano à Assembléia Legislativa dez por cento de liberdade para movimentar créditos suplementares. Nós aqui estamos trabalhando com quarenta por cento. Quer dizer que é uma tradição que a Câmara tem de não exercer o seu papel. Não é? Nós temos essa tradição aqui em Ouro Preto. Mas é uma tradição que seria bom que fosse renovada. Que fosse modernizada. Que fosse aperfeiçoada e que a Câmara pudesse enxergar as contas da Prefeitura. Queria fazer um comentário também, senhor João. É o seguinte: nós apresentamos um projeto de emenda à Lei Orgânica, há uns dois meses atrás, que não foi aprovado pelo Plenário, criando a obrigação de outros secretários, além do da Fazenda, virem à Câmara. Seriam as secretarias que nós consideramos estratégicas dentro da administração (Saúde, Assistência Social, Educação e Administração). Secretarias que nós consideramos mais relevantes. Isso não foi aprovado. Mas eu acredito. Eu sempre falo isso para os colegas se desarmarem. Muitos vereadores pensam assim: não o Ariosvaldo está fazendo isso porque ele quer trazer os secretários para colocar esses em dificuldades. Não é? Tem vereador que pensa assim. No entanto, a nossa proposta não era isso. Era uma emenda à Lei Orgânica. Em dezembro, eu vou sair. Eu talvez não seja vereador no ano que vem, mas ficaria criada essa cultura política em Ouro Preto de determinados secretários virem aqui à Câmara quadrimestralmente para fazer isso que o senhor está fazendo. Eu não tenho nenhuma impressão de que o senhor está em dificuldade aqui conosco. Não é? O senhor trabalha com transparência. O senhor trabalha dentro da lei. O senhor fala o que sabe. O que não sabe fala que não sabe. Então seria os secretários virem aqui e fazer isso que o senhor está fazendo. Não todos. Quatro ou cinco secretários além do senhor, que já vem por obrigação legal, federal. Então, eu sempre levando isso aqui para os colegas irem refletindo...refletindo, porque acreditamos em que eles votaram contra porque acham que não é bom o negócio. No entanto, acreditamos em poder convencê-los de que é uma iniciativa interessante. Nós ainda temos, aí pela aí pela frente, sete meses mais ou menos de mandato. Podemos retomar o projeto talvez. Então, eu sempre gosto quando o senhor vem aqui, procurar desamedrontar os colegas em relação ao comparecimento dos secretários à Câmara. Obrigado." Secretário da Fazenda Sr. João Bosco Pinto: "Eu no início, logo que começaram essas reuniões para a prestação de contas, eu até sugeri, porque às vezes algumas perguntas são feitas e a gente não tem como responder. Eu sugeri que a Câmara convidasse outros secretários para que eles fossem questionados também aqui. Seria muito bom se os vereadores assim entendessem e aprovassem essa emenda da Lei Orgânica para que outros também aqui comparecessem. Agora, em relação à Secretaria de Saúde, você é um conhecedor da legislação, existe uma Lei Federal que determina que a Saúde tem que prestar contas trimestralmente em Audiência Pública." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Mas até o secretário já esteve aqui, o Dr. Paulo. Mas ele veio. Eu até lhe falei isso. Ele vem inteiramente despreparado. Entendeu?" Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Ele está aqui." Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: "Dr. Paulo, tudo bem? Estou falando da prestação de contas trimestral da Secretaria de Saúde. O senhor esteve aqui, aliás, parece-me que é o primeiro secretário que veio à Câmara após a lei ter sido publicada. Foi o primeiro que veio, embora a lei já é antiga (lei de mil novecentos e noventa e três), mas ele vem inteiramente despreparado. Ele vem mais assim na boa vontade. Chamamos e ele falou: "eu vou." Foi lá e se sentou aí onde o senhor está e nós fizemos uma série de perguntas, mas ele não tinha. Não sabia praticamente. Estava há pouco tempo na secretaria também." Vereadora Maria José C. Ibraim Leandro: "Vou permitir a fala do Dr. Paulo. Gostaria de que o senhor não fugisse do assunto, mais uma vez, e ele desse a explicação e na próxima audiência poderíamos convidá-lo para que ele venha prestar contas. Obrigada." Secretário de Saúde Dr.